

## MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

### ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR

1 Nos dias quinze e dezesseis do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a 91ª  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram  
3 presentes na reunião os seguintes membros: **Sra. Anielle Franco**, Ministra da Igualdade Racial e  
4 Presidente do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, **Sra. Marina Lais**  
5 **Duarte da Silva**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR;  
6 **Sra. Roberta Cristina Eugenio dos Santos Silva**, Representante do Ministério da Igualdade Racial;  
7 **Sra. Larissa da Cruz Santiago**, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Promoção da  
8 Igualdade Racial – CNPIR; **Sr. Airton Ferreira da Silva**, Representante da Coalizão Negra por  
9 Direitos; **Sr. Antônio Ricardo Herculano da Silva**, Representante do Coletivo de Entidades Negras  
10 da Bahia – CEN/BA; **Sra. Maria de Nazaré Costa da Cruz**, Representante da Coordenação  
11 Nacional de Entidades Negras – CONEN; **Sr. Olumidê Betinho**, Representante da Rede Nacional de  
12 Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO SAÚDE; **Sra. Iraneide Soares da Silva**,  
13 Representante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN; **Sra. Rosa Negra**,  
14 Representante do Movimento Negro Unificado – MNU; **Sr. Afonso José Dias Gomes**, Representante  
15 do Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER; **Sra. Roberta Moema Sodrê de Deus**,  
16 Representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA; **Sra. Deuzília Pereira**  
17 **Coutinho Cruvinel**, Representante do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado; **Sra. Maria**  
18 **Julia Reis Nogueira**, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Sra. Iyá Vera**  
19 **Soares**, Representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos  
20 Tradicionais de Matriz Africana – FONSANPOTMA; **Sra. Bruna Ravena Braga dos Santos**,  
21 Representante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS; **Sr.**  
22 **Ogan Leno Farias**, Representante da Casa de Cultura Ilê Asé D’Osoguiã – CCIAO; **Sra. Carlene**  
23 **Patricia Santos Printes Cabral**, Representante da Coordenação de Associações das Comunidades  
24 Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU; **Sra. Edvalda Bispo dos Santos Viana**,  
25 Representante da Associação Nacional das Mulheres Ciganas; **Sra. Elaine Maria da Silva de**

26 **Toledo**, Representante do Instituto Alma Preta Jornalismo; **Sr. Nuno Coelho de Alcantara Junior**,  
27 Representante da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNs; **Sra. Eclesina**  
28 **Alalba Carvalho de Oliveira**, Representante do Ministério das Mulheres; **Sra. Marilda Oliveira de**  
29 **Brio Cohen**, Representante do Ministério das Cidades; **Sra. Daniela Luciana da Silva**,  
30 Representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; **Sr. Nathanael de Souza**  
31 **e Silva**, Representante do Ministério das Relações Exteriores; **Sra. Anatalina Lourenço da Silva**,  
32 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; **Sra. Andréia Amorim Dias**, Representante da  
33 Secretaria-Geral da Presidência da República; **Sra. Camilla Kelly Pacheco Perpétuo**, Representante  
34 do Ministério das Comunicações; **Sra. Raianne Xavier de Alcântara Horovits** e **Sr. Anderson Luiz**  
35 **Alves de Oliveira**, Representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento; **Sr. Erik Maike**  
36 **Anacleto Vitor** e **Sr. Edson Yago da Silva Brito**, Representantes do Ministério dos Povos Indígenas;  
37 **Sra. Karina Miranda da Gama**, Representante do Ministério da Cultura; **Sr. Daniel de Oliveira**  
38 **Piza**, Representante do Ministério do Esporte; **Sra. Cecília Bizerra Sousa**, Representante da Casa  
39 Civil da Presidência da República e como convidado, **Sr. Marcos Fábio de Faria**, Chefe de Gabinete  
40 da Secretaria Executiva do Ministério da Igualdade Racial;

41 A Vice-Presidenta, **Marina Duarte**, iniciou os trabalhos, saudando a Mesa e a Plenária. Em seguida,  
42 a Secretária Executiva do MIR, **Roberta Eugênio**, também saudou e acolheu a plenária, destacando  
43 o Fórum Permanente de Afrodescendentes e a presença da Ministra da Igualdade Racial, Anielle  
44 Franco, no referido espaço. Na sequência, a Vice-Presidenta Marina Duarte procedeu à leitura da  
45 ordem do dia. Durante o início dos debates, o conselheiro Antônio Herculano apresentou uma questão  
46 de ordem referente à representatividade do governo no Conselho e à necessidade de apresentação das  
47 políticas públicas dos Ministérios. A Secretária Roberta Eugênio ressaltou a importância de  
48 **promover uma reunião específica com os Conselheiros do Poder Público**, reforçando a relevância  
49 desse diálogo para o fortalecimento da atuação governamental no CNPIR. A Vice-Presidenta Marina  
50 Duarte reforçou o empenho da **Secretaria Executiva do CNPIR no envio de convites aos**  
51 **Ministérios, que serão expedidos diretamente pelo Gabinete da Ministra**. A conselheira Edvalda  
52 Bispo apresentou uma **manifestação relativa à representação dos Povos Ciganos** na CONAPIR,  
53 destacando que o tema se encontra atualmente contemplado apenas no eixo “Reparação” e propondo,  
54 em nome do coletivo, a revisão da distribuição temática dos eixos. A Vice-Presidenta sugeriu que  
55 fosse **elaborado um documento para encaminhamento à Secretaria Executiva do CNPIR, a fim**

de que o tema fosse incluído na pauta da próxima reunião da Comissão Organizadora Nacional (CON). A conselheira Rosa Negra informou sobre o recebimento de uma denúncia e tratou da falta de diálogo enfrentada em determinados espaços, sugerindo o acionamento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Foi iniciado um debate sobre misoginia e violência extrema nos espaços progressistas, com a proposição de que o **Conselho promova um debate específico sobre violência contra as mulheres**. A Secretária Executiva do MIR, Roberta Eugênio, fez uma exposição abordando a temática da violência, contribuindo para o aprofundamento do debate. Em seguida, o conselheiro **Ogan Leno Farias** apresentou a plataforma “Territórios Vivos”, ferramenta de reconhecimento e georreferenciamento dos territórios tradicionais. A Secretária Roberta Eugênio sugeriu que o Ogan Leno apresentasse a iniciativa na próxima reunião do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). Na ocasião, foi registrada a presença de 9 (nove) representantes do Poder Público e de 18 (dezoito) representantes da Sociedade Civil, totalizando 27 (vinte e sete) Conselheiros presentes na reunião naquele momento. A conselheira **Carlene Printes** realizou a leitura de uma carta sobre as comunidades quilombolas. A Secretária Roberta Eugênio **encaminhou que a nota fosse direcionada à Secretaria de Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (SQPT)**, bem como que fosse **promovido um diálogo da Secretaria com o Estado do Ceará**. A conselheira **Elaine Toledo** compartilhou informações sobre a campanha do portal Alma Preta referente ao combate ao racismo no esporte. A Secretária Roberta Eugênio apresentou um documento sobre o tema, destacando resolução recente da ONU, e informou que o material seria encaminhado à Secretaria Executiva do CNPIR para divulgação aos conselheiros(as). A conselheira **Bruna Ravena** apresentou os planejamentos e eventos do FONATRANS até o ano de 2030. O conselheiro **Antônio Herculano** relatou o interesse de sua participação na viagem a Cuba e reforçou a importância de o Conselho tornar-se deliberativo e paritário. A Vice-Presidenta, **Marina Duarte**, tratou sobre a agenda internacional e deliberou acerca da possibilidade de viagens para colaboradores eventuais, no âmbito das ações do Conselho. O conselheiro **Daniel Piza** reiterou sua disponibilidade em contribuir com o diálogo junto ao Ministério do Esporte. A conselheira **Iranide Soares** destacou a importância da continuidade dos **“Caminhos Amefricanos”, lembrando deliberação anterior do Conselho que ainda não havia sido efetivada e que não tinha mais nenhum tipo de atualização sobre o andamento do programa** e de que forma o conselho poderia integrar. Reforçou também a relevância da participação do Conselho nos COPENES Regionais, que ocorreriam ao longo

do ano, e mencionou a necessidade de ampliar a visibilidade e a divulgação das ações do órgão. A Vice-Presidenta **Marina Duarte**, propôs que, em todas as reuniões, houvesse um momento fixo para informes e apresentações. A pauta foi aprovada por unanimidade. A conselheira Iyá Vera **recomendou o envio de convites a reis e rainhas africanas para participarem das atividades da etapa nacional.** A conselheira **Nazaré Cruz** informou que a CONEN mantém contato com diversos atores internacionais e sugeriu que o convite também fosse estendido a organizações com essas conexões, para que contribuíssem na mobilização. A Secretária **Roberta Eugênio** propôs que o encaminhamento fosse levado à Comissão Organizadora Nacional, de modo a sistematizar os convites internacionais referentes à etapa nacional. O conselheiro Antônio Herculano ponderou sobre a importância de **definir previamente o número de participantes que comporão essa etapa.** Na sequência dos trabalhos, foi iniciada a apresentação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR), por meio da Diretoria de Articulação e Monitoramento da Gestão da Igualdade Racial – DAMGI. A Diretora **Tatiana Dias** apresentou o conteúdo relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS18), ressaltando os avanços e desafios no acompanhamento dos indicadores relacionados à igualdade racial. O conselheiro **Nuno Coelho** sugeriu a **possibilidade de elaboração de um anexo ao texto base contendo os indicadores específicos do ODS18,** encaminhando a proposta para análise da Subcomissão de Metodologia, sob responsabilidade do conselheiro Airton Ferreira. O conselheiro **Ogan Leno** questionou se as formações previstas seriam conduzidas por meio do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), indagando também sobre a forma como os conselhos municipais seriam fortalecidos e sobre a importância da interiorização das políticas públicas de igualdade racial. A conselheira **Roberta Sodr ** destacou a necessidade de que o tema dos ODS18 seja discutido no âmbito da Conferência das Partes (COP), integrando as pautas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O conselheiro **Olumidê Betinho** tratou sobre as mudanças climáticas e suas interseções com os indicadores do ODS18, enfatizando a necessidade de construção de estratégias conjuntas especialmente no estado do Rio Grande do Sul. A conselheira **Marilda Cohen** apresentou as ações do Ministério das Cidades, com foco na pauta da Secretaria Nacional das Periferias, e informou sobre a presença do Ministério nas Plenárias Temáticas de Mulheres Negras. Comunicou ainda que representantes do Ministério das Cidades participarão da próxima reunião do CNPIR. A Diretora **Tatiana Dias** respondeu às manifestações, colocando-se à disposição para receber sugestões de

116 aprimoramento dos indicadores acompanhados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência  
117 Social, Família e Combate à Fome (MDS). Destacou ainda a plataforma do MDS que reúne relatórios  
118 e dados sociais, permitindo observação e acompanhamento dos indicadores de forma integrada. A  
119 Secretária **Roberta Eugênio** encaminhou que o debate sobre o ODS18 fosse levado à deliberação da  
120 Comissão Organizadora Nacional (CON). No tocante à COP, informou sobre o comitê de  
121 enfrentamento ao racismo ambiental, que se encontrava nos trâmites finais para publicação, com  
122 previsão de convite formal ao CNPIR. Apresentou também o lançamento do Programa Kala Tukula,  
123 iniciativa voltada à promoção da justiça ambiental e racial. A conselheira **Edvalda Bispo** trouxe  
124 questionamentos relacionados a **problemas de acesso e atualização no Cadastro Único**  
125 **(CadÚnico) dos povos ciganos**. A Diretora **Tatiana Dias** destacou a importância da participação do  
126 CNPIR na câmara temática responsável por discutir o aprimoramento do sistema. A conselheira  
127 **Bruna Ravena** realizou a leitura da Recomendação sobre Sacralização Animal, elaborada pela  
128 Comissão Permanente coordenada pela conselheira **Mãe Tuca**. A Vice-Presidenta submeteu o tema  
129 ao regime de votação, abrindo antes espaço para manifestações. O conselheiro **Olumidê Betinho**  
130 ressaltou a importância da Recomendação e sugeriu correção na nomenclatura da pauta, destacando  
131 que a proposta reconhece práticas religiosas conforme disposto na Resolução nº 715 do Conselho  
132 Nacional de Saúde (CNS), em contraposição à normativa recentemente revogada pela Prefeitura do  
133 Rio de Janeiro. A conselheira **Iyá Vera** reforçou as falas anteriores, recordando o julgamento ocorrido  
134 em 2010, no Rio Grande do Sul, sobre o direito à sacralização, bem como a decisão do Supremo  
135 Tribunal Federal que reconheceu a legitimidade das práticas dos Povos e Comunidades Tradicionais  
136 de Matriz Africana. O conselheiro **Antônio Herculano** destacou a importância de o CNPIR manter  
137 sua natureza consultiva, ressaltando que a Recomendação reafirma os princípios já previstos na  
138 Resolução nº 715 do CNS. Foi realizada a votação da **Recomendação exarada pela Comissão**  
139 **Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro,**  
140 **Quilombolas e Ciganos, com o seguinte resultado: 27 votos favoráveis, nenhum voto contrário**  
141 **e uma abstenção da Ministra em exercício**. Em continuidade, a conselheira **Bruna Ravena** propôs  
142 a criação de um mapeamento, no âmbito da Comissão Permanente, com o objetivo de identificar se  
143 outros estados possuem resoluções ou atos normativos relacionados a manifestações de racismo  
144 religioso. A conselheira **Iyá Vera** questionou sobre o apoio do Conselho em casos de denúncias de  
145 racismo religioso ocorridas em ambientes digitais. A Secretária Roberta sugeriu aos conselheiros(as)

146 a elaboração de uma Recomendação endereçada ao Ministério da Justiça e ao Conselho  
147 Nacional de Justiça (CNJ), abordando a responsabilização das plataformas e demais  
148 mecanismos de enfrentamento ao racismo na internet. A Vice-Presidenta, Marina Duarte,  
149 indicou que tal Recomendação fosse originada na Comissão Permanente, enquanto a conselheira  
150 Cecília Bizerra sugeriu incluir também a Secretaria de Políticas Digitais (SPDIG) da Secretaria de  
151 Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), sob direção de João Brant. O  
152 conselheiro Nuno Coelho apresentou requerimento sobre violência e letalidade policial,  
153 submetido à votação com o seguinte resultado: 27 votos favoráveis, nenhum voto contrário e  
154 uma abstenção da Ministra em exercício. Encerrado esse ponto de pauta, a reunião foi suspensa  
155 para o intervalo do almoço. Após o retorno, as comissões permanentes realizaram reuniões internas,  
156 cujas discussões ocorreram de forma reservada e, portanto, não constam nesta ata.

157 No segundo dia de reunião, a Vice-Presidenta Marina Duarte deu início aos trabalhos saudando  
158 os(as) Conselheiros(as) presentes. Às 9h48 foi registrado o quórum inicial, com a presença de 16  
159 conselheiros, sendo 14 representantes da sociedade civil e 2 do poder público. A Vice-Presidenta  
160 Marina Duarte apresentou os informes referentes à 5ª Conferência Nacional de Promoção da  
161 Igualdade Racial (V CONAPIR) e convidou os coordenadores das subcomissões para repassar as  
162 atualizações de seus respectivos grupos de trabalho. Em seguida, realizou a leitura da pauta e abriu  
163 espaço para manifestação do conselheiro Antônio Herculano, que apresentou questão relacionada à  
164 representatividade dos membros do governo. Às 9h54 foi registrado novo quórum, contabilizando 19  
165 (dezenove) conselheiros presentes, sendo 17 (dezessete) da sociedade civil e 2 (dois) do poder  
166 público. A Vice-Presidenta submeteu a ordem do dia à votação, sendo aprovada por  
167 unanimidade, com 19 votos favoráveis, nenhuma manifestação contrária e nenhuma abstenção.

168 Na sequência, foram apresentadas as pautas relacionadas ao BRICS e à Conferência das Partes  
169 (COP30). O conselheiro Nuno Coelho fez um repasse sobre o tema dos BRICS, destacando a  
170 importância de ampliar a presença da sociedade civil nos espaços de debate e decisão desse bloco  
171 internacional. O conselheiro Ogan Leno ressaltou o caráter estratégico da ocupação desses espaços,  
172 defendendo a construção de um documento orientador do Conselho sobre as formas e critérios  
173 de promoção do etnodesenvolvimento. A conselheira Rosa Negra apresentou fala sobre a Cúpula  
174 dos Povos, destacando que o evento incluirá uma Cúpula Negra voltada à pauta climática. Ressaltou  
175 a necessidade de o CNPIR se fazer presente nesses espaços, questionando quais iniciativas concretas



estão sendo adotadas para assegurar a participação efetiva da população negra e qual será o poder de fala e de incidência do Conselho nesses espaços internacionais de decisão. A conselheira **Elaine Toledo** chamou atenção para os trâmites necessários à participação nas conferências internacionais, explicando as etapas de credenciamento e as possibilidades de incidência política e técnica no âmbito da COP. A conselheira **Iyá Vera** relembrou o histórico da Conferência Rio+20 e expressou preocupação com a ausência de um olhar específico para a negritude e os povos de matriz africana nas agendas ambientais globais. Informou que o FONSANPOTMA realizará um congresso durante a COP30, em Belém (PA), e convidou o CNPIR a participar de forma articulada. A conselheira Elaine Toledo informou que o portal Alma Preta participará de uma conferência internacional na Alemanha, na qual serão discutidos temas correlatos à COP30, colocando-se à disposição para levar contribuições do Conselho a esse espaço. O conselheiro **Airton Ferreira** registrou que não foi possível aprofundar o debate sobre o ponto dos BRICS na ocasião. Às 10h27 foi novamente registrado o quórum, com 22 (vinte e dois) conselheiros presentes, sendo 18 (dezoito) da sociedade civil e 4 (quatro) do poder público. A conselheira **Maria Júlia** destacou que o CNPIR representa um espaço de resistência e resiliência, reforçando a importância de o Conselho evidenciar, diante do cenário internacional, as dificuldades enfrentadas no combate ao racismo no Brasil. O conselheiro **Nuno Coelho** defendeu a **criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre a COP30**, ressaltando a importância de o CNPIR exercer seu papel de controle social e de incluir as discussões sobre economia, desenvolvimento e igualdade racial nas pautas do BRICS e da agenda climática. A conselheira **Rosa Negra** reforçou a necessidade de o Conselho compreender as especificidades das pautas e dinâmicas de participação, alertando que, caso o governo brasileiro não garanta o acesso efetivo da sociedade civil a esses espaços, poderá ocorrer o mesmo distanciamento observado em conferências anteriores. A Vice-Presidenta **Marina Duarte** apresentou as propostas consolidadas a partir do debate: a construção de um Grupo de Trabalho da COP30, com base na ata de reunião anterior, responsável pela **elaboração de um documento de referência para a participação do Conselho na conferência; a inclusão de representações da Secretaria de Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (SQPT) e da SENAPIR, bem como de representantes da Secretaria da COP, para discutir a pauta da justiça climática na próxima reunião ordinária do CNPIR; e o encaminhamento de que, na próxima reunião da Mesa Diretora, sejam apresentadas respostas e atualizações sobre as atividades relacionadas ao BRICS**. Caso já estejam em andamento, os

representantes ou ponto focal do BRICS, Nuno Coelho e Ogan Leno, deverão apresentar documento redigido sobre o tema. A conselheira **Daniela Luciana** sugeriu que fosse elaborado **requerimento formal à Secretaria da Presidência da República responsável pela organização da COP30, solicitando informações sobre a participação social** e institucional do Conselho. O conselheiro **Nathanael** registrou sua intenção de se manifestar posteriormente sobre o tema da COP30. A conselheira **Bruna Ravena** questionou se a participação do CNPIR no evento seguirá as regras aplicáveis a entidades com status consultivo nas Conferências do Clima. A Vice-Presidenta Marina Duarte submeteu à votação os **encaminhamentos referentes à COP30 e ao BRICS, sendo o resultado: 25 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção**. A Vice-Presidenta Marina Duarte chamou o Diretor **João Vitor** para falar sobre o requerimento acerca do fluxo e dos procedimentos para viagens internacionais. **Edvalda Bispo** pediu a fala mais uma vez para reivindicar a **inserção da nomenclatura dos povos ciganos nos documentos base e orientador** e a Secretária Executiva do CNPIR, **Larissa Santiago**, informou que a **reivindicação será encaminhada à CON** para resposta, a fim de dar uma devolutiva oficial à comunidade cigana. O diretor **João Victor** (DGA) apresentou os fluxos de viagens internacionais. Seguiram-se as falas de **Marcos Fábio**, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério; **Antônio Herculano**, que elocubrou sobre o detalhamento da gestão financeira e o funcionamento do MIR; e **Rosa Negra**, que relatou as dificuldades encontradas nos trâmites de suas missões internacionais e questionou o que há de errado nos processos já realizados. **Bruna Ravena** pontuou que a FONATRANS tem possibilidade de participação em agendas internacionais e perguntou se há orçamento previsto, destacando que é dever do governo brasileiro orientar e dialogar sobre as informações necessárias, além de entender se o CNPIR poderá compor a comitiva oficial do governo. **Iraneide Soares** ressaltou que a questão não se limita a prazos, mas também à comunicação sobre agendas convocadas e convidadas, citando mais uma vez o exemplo do programa “**Caminhos Amefricanos**”, onde já foram realizadas algumas edições e o CNPIR ainda não teve nenhum tipo de retorno da deliberação inicialmente pactuada. Defendeu a melhoria no fluxo de comunicação do Ministério e cuidado com as informações repassadas. **Maria Júlia** observou que a questão é mais política do que burocrática. O Diretor **João Victor** respondeu aos questionamentos, e o Chefe **Marcos Fábio** destacou os critérios de excepcionalidade aplicáveis às viagens: eventos da Presidência da República e agendas específicas do Ministério. A Vice-Presidenta, **Marina Duarte**, reforçou a responsabilidade política do Ministério



em relação às viagens do CNPIR e à participação deste Conselho nas agendas internacionais. **Antônio Herculano** comprometeu-se a encaminhar ao Diretor João Victor solicitação de informações orçamentárias. Na sequência, a Vice-Presidenta Marina Duarte convidou o Secretário **Ronaldo dos Santos** para apresentar a Política Nacional de Povos Ciganos. O Secretário apresentou a política, explicou a composição da sua Secretaria e destacou que, como qualquer política, ela é permanente, sendo o plano periódico — no caso dos Povos Ciganos, referente ao período de 2024 a 2027, correspondente ao PPA. A Coordenadora de Política para Povos Ciganos **Edilma Nascimento** relatou a criação do Comitê Gestor da Política de Povos Ciganos, composto por dez ministérios e coordenado pelo MIR, com 59 inscritos e 29 lideranças eleitas. Informou que a instalação ocorrerá no dia 27 de maio, de forma presencial. **Edvalda Bispo** ressaltou que a criação do Comitê Gestor foi uma conquista histórica dos povos ciganos, homenageando Cláudio (Cigano RON), primeiro conselheiro cigano do CNPIR, e comemorou o fato de a política “sair do papel e se tornar realidade”. **Rosa Negra solicitou o mapeamento das comunidades ciganas em Rondônia para facilitar o diálogo e os convites.** O conselheiro **Ogan Leno** parabenizou a SQPT pela ação e questionou se houve representação de todas as etnias e regiões, perguntando especificamente sobre o Ceará. O Secretário **Ronaldo dos Santos** respondeu, e a Coordenadora **Edilma Nascimento** complementou, informando que o mapeamento foi realizado em parceria com cinco universidades e o MIR, por meio de TED celebrado em 15 de setembro. Comunicou que no dia 28 de maio ocorrerá o seminário de divulgação do primeiro relatório da pesquisa qualitativa sobre a presença cigana, cujo encerramento está previsto para agosto. Apontou ainda que a maioria da representação no Comitê é Calon, seguida de Ron e Cinti, e confirmou a provável ausência de representação do Ceará. Destacou também a campanha nacional “História e Cultura dos Povos Ciganos”, promovida em 8 de abril. **Ogan Leno** informou que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário realizou mapeamentos de povos indígenas, de terreiro e famílias ciganas, apontando avanços e possibilidades de diálogo com a política nacional. A Coordenadora **Edilma Nascimento** divulgou o Edital de Literatura Infantojuvenil, com prêmios voltados a autores e coautores ciganos e quilombolas, aberto até 31 de maio. O Secretário **Ronaldo dos Santos** apresentou informes sobre o Edital de Literatura Erê Dendê, aberto até 24 de abril para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro, e sobre o Edital Kala Tukula, programa de formação para 100 lideranças quilombolas, de terreiro, ciganas e de outros segmentos, com foco em agendas de governança global (COPs, BRICs). **Maria Júlia** retomou a

266 condução da mesa. O Conselheiro **Antônio Herculano** questionou acerca do orçamento destinado  
267 aos programas de promoção da igualdade racial e solicitou informações sobre o acompanhamento das  
268 pautas de interesse do Conselho no Congresso Nacional e indagou sobre o direcionamento de políticas  
269 públicas e de emendas parlamentares voltadas a povos quilombolas e povos de terreiro, sugerindo  
270 maior articulação institucional para o estabelecimento de marcos legais sobre o tema. A Conselheira  
271 **Carlene Printes** perguntou sobre as garantias de participação efetiva do CNPIR na COP30,  
272 destacando a importância do planejamento orçamentário para viabilizar a presença do Conselho no  
273 evento. Posteriormente, reforçou que seu território foi o primeiro território quilombola titulado do  
274 país e **solicitou que o CNPIR promova agendas de diálogo e articulação com esse território**. O  
275 Conselheiro **Olumidê Betinho** ressaltou a relevância da Conferência das Partes (COP) no contexto  
276 das emergências climáticas, destacando os impactos ambientais vivenciados pelas comunidades  
277 tradicionais de matriz africana no Rio Grande do Sul. Informou sobre a realização da Conferência  
278 Estadual de Povos de Terreiro no referido estado e convidou a Secretaria de Políticas para Povos e  
279 Comunidades Tradicionais (SQPT) para participar do evento. O Conselheiro **Nuno Coelho** relatou o  
280 recebimento de despacho da Assessoria Parlamentar **propondo a realização de debates e audiências**  
281 **públicas no Congresso Nacional com participação do CNPIR, de forma a ampliar o diálogo**  
282 **institucional sobre políticas de igualdade racial**. O Secretário **Ronaldo dos Santos** informou que  
283 os dados orçamentários referentes ao exercício de 2025 ainda não estão consolidados. Acrescentou  
284 informações sobre o aporte do BNDES e as tratativas em curso para o Programa Nacional de Gestão  
285 Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). Ressaltou que as políticas voltadas a terreiros e  
286 comunidades ciganas estão vinculadas ao orçamento discricionário da SQPT, ainda em fase de  
287 desenvolvimento. Apresentou informações sobre o diálogo mantido com a Secretaria da COP30,  
288 chefiada pelo Embaixador André Corrêa, e sobre a possibilidade de obtenção de credenciais para  
289 participação no evento. Mencionou também conversas com a RENAFORO acerca de Termo de  
290 Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,  
291 voltado à reconstrução de áreas atingidas por emergências climáticas no Rio Grande do Sul. O  
292 Conselheiro **Herculano**, retomando a palavra às 14h50, manifestou que não considera necessária a  
293 convocação de representantes ministeriais para determinados informes, entendendo que os  
294 conselheiros do Poder Público podem realizar os devidos repasses internamente. Neste contexto,  
295 **Maria Júlia** registrou a relevante contribuição da Conselheira Vânia Viana nos debates do Conselho.

A representante enviada pelo Ministério das Mulheres, Senhora **Andreza**, informou sobre a aprovação do Regimento Interno da Conferência Nacional das Mulheres, que contará com a participação de aproximadamente 600 mulheres na etapa nacional. Destacou o compromisso com a ampliação da diversidade das representações e informou que a publicação do Regimento Interno está prevista para o dia 24 de abril. Foram debatidas as ações voltadas à transversalidade entre igualdade de gênero e raça, destacando programas, comitês e instrumentos de articulação intersetorial. Também foi informado que, em 2023, o Fórum Nacional de Políticas para Mulheres Quilombolas originou o Programa Intersetorial para Mulheres Quilombolas, acompanhado de um Plano de Ação. Mencionou-se, ainda, o Fórum Nacional de Mulheres do Hip Hop, que também resultou em programa e plano de ação específicos. Foram citadas outras iniciativas em andamento como o Programa de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas; Comitê da Marcha de Mulheres Negras; TED com o IFGO voltado à capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade; Grupo de Trabalho de Mulheres para a COP30, com foco na agenda de justiça climática e igualdade de gênero; Edital de ampliação da participação política de mulheres, elaborado de forma conjunta entre o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), voltado ao enfrentamento da violência política de gênero e à promoção da presença de mulheres – não apenas eleitas, mas também lideranças populares – em espaços de poder. Destacou-se, ainda, a elaboração do Guia Eleitoral para Candidaturas de Mulheres Negras, desenvolvido em parceria com o MIR; a implementação da Lei da Igualdade Salarial e dos Critérios Remuneratórios; e o avanço na Política Nacional de Cuidados. No debate, a Conselheira **Iranide Soares** manifestou preocupação com a inclusão das mulheres jovens nas políticas públicas. O conselheiro **Antônio Herculano** observou que, embora existam diversas ações, muitas delas não alcançam efetivamente os territórios, apontando a falta de divulgação e a dificuldade de implementação nos municípios. A Conselheira **Nazaré Cruz** destacou a importância das conferências livres para ampliação da representação nacional, expressando dúvidas quanto ao funcionamento do GT da COP30 e afirmando não perceber transversalidade racial nas discussões, que estariam concentradas em mulheres brancas. O Conselheiro **Ogan Leno** apontou a ausência de políticas específicas para mulheres de terreiro e mulheres de axé, destacando a existência de cinco redes de mulheres sem representatividade adequada e a falta de espaço de fala para lideranças femininas religiosas. A Conselheira **Bruna Ravena** tratou da violência contra mulheres negras e da violência política de gênero, ressaltando a carência de redes

326 de apoio e acolhimento pós-violência, bem como a escassez de recursos para mulheres negras e  
327 LGBTQs. Pontuou a inexistência de políticas voltadas para mulheres trans e travestis negras, além da  
328 falta de acesso a direitos básicos como moradia, saúde, segurança, educação e justiça. Chamou  
329 atenção para a ausência de recorte racial nas políticas do Ministério das Mulheres e a falta de dados  
330 específicos no IBGE. O Conselheiro **Olumidê Betinho** defendeu o fortalecimento do diálogo entre o  
331 Ministério das Mulheres e as mulheres de axé, de modo a garantir a inclusão das lideranças de terreiro  
332 nas políticas de gênero. A Conselheira **Edvalda Bispo** informou que o Ministério das Mulheres  
333 contemplou mulheres ciganas em edital voltado à realização de oficinas de enfrentamento às  
334 violências. Destacou a educação como prioridade, solicitando assim maior atenção ao MIR. O  
335 Conselheiro **Nathanael**, após a fala de Bruna, comentou sobre a participação de mulheres trans em  
336 assembleias legislativas de outros países e questionou a posição do Ministério das Mulheres em  
337 relação à articulação internacional sobre o tema. Na sequência, foi relatado o diálogo em andamento  
338 com o MEC para construção de estratégias de formação de jovens negras, elaboração de campanhas  
339 educativas e formalização de instrumentos de cooperação. Mencionou-se a reconstrução institucional  
340 do Ministério das Mulheres, incluindo pautas relativas a jovens refugiadas e imigrantes e a celebração  
341 de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o MEC. Foram apontadas dificuldades de  
342 comunicação das políticas e a necessidade de maior articulação interministerial para garantir a  
343 ampliação e implantação das ações nos municípios. Informou-se a existência de GT interno do  
344 Ministério das Mulheres voltado à COP30 e o cronograma das Conferências Livres, a ocorrer entre  
345 15 de abril e 15 de agosto, cujas representações serão definidas conforme tabela a ser divulgada e  
346 inscrição a ser feita no Brasil Participativo. Ocorreu também um diálogo direto entre o Ministério das  
347 Mulheres, a RENAFRO e as Mulheres de Axé, assegurando representação em todos os fóruns.  
348 Mencionou-se, ainda, a formalização de ACT com a ANTRA, assinada no Dia da Visibilidade Trans,  
349 e a proposta de celebração de outros instrumentos de cooperação com diferentes organizações. **O**  
350 **convidado do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania Rui** apresentou as ações do MDHC,  
351 informando sobre o Programa de Criação da Rede Nacional de Ouvidorias e a atuação da  
352 Coordenação-Geral de Proteção de Terreiros, destacando a necessidade de pensar mecanismos mais  
353 amplos e efetivos de proteção. Mencionou ações desenvolvidas na Ilha de Marajó, com foco no direito  
354 de envelhecer, e o atendimento às comunidades tradicionais e quilombolas. O Conselheiro **Ogan**  
355 **Leno** relatou dificuldades no acesso às informações e na efetividade das respostas do Disque 100,

denunciando casos de violação de direitos, inclusive de caráter religioso, e sugeriu formação continuada para forças de segurança pública sobre os modos de vida dos povos de terreiro. O Conselheiro **Olumidê Betinho** abordou a amplitude dos programas e ações do MDHC, questionando sobre a criação e o funcionamento dos conselhos vinculados ao Ministério e defendendo a inclusão de lideranças de terreiro nos programas de proteção. A Conselheira **Nazaré Cruz** expressou dúvidas sobre o alcance dos programas do MDHC e de que forma chegam aos territórios. A Conselheira **Bruna Ravena** propôs o fortalecimento da Secretaria Nacional LGBT, com ampliação de projetos de empregabilidade em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, apoio a jovens aprendizes trans, programas voltados a pessoas trans idosas e políticas para a juventude LGBT vítima de violência. A Conselheira **Carlene Printes** solicitou materiais informativos sobre os programas voltados a comunidades quilombolas, defendeu a criação de reservas de vagas para quilombolas e indígenas e alertou para o aumento dos casos de suicídio entre jovens quilombolas e indígenas em razão de preconceitos sofridos, pedindo proteção às lideranças tradicionais. O Conselheiro **Airton Ferreira** pediu informações sobre investimentos em políticas públicas voltadas à comunidade LGBT e aos povos indígenas LGBT. **O convidado Rui** comprometeu-se a enviar o relatório atualizado e reforçou o compromisso do MDHC em garantir ações mais efetivas junto aos quilombolas, povos e comunidades tradicionais e de terreiro. Sobre as Comissões Permanentes, foi aprovada a recomendação da Comissão de Ações Afirmativas, com o indicativo da Mesa Diretora e aprovação dos(as) Conselheiros(as) presentes. A Comissão de Orçamento e Controle informou o encaminhamento de solicitação via aplicativo de mensagens, com posterior envio formal por e-mail. Entrando na pauta de repasses e deliberações da Comissão Organizadora Nacional (CON), a Vice-Presidenta **Marina Duarte** apresentou algumas deliberações da última reunião da CON, destacando a decisão de adiar as plenárias temáticas. O Conselheiro **Nuno Coelho** manifestou-se afirmando que as informações da CON não se restringem à Mesa Diretora, mas devem circular entre todas as subcomissões, respondendo à observação anterior do Conselheiro **Antônio Herculano**. **Marina Duarte** prestou informações sobre o regimento da CON e sobre as instâncias deliberativas vinculadas à organização da V CONAPIR, detalhando aspectos relativos à composição e às competências da Comissão Organizadora Nacional. Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidenta agradeceu a presença de todos(as) e encerrou a 91ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.